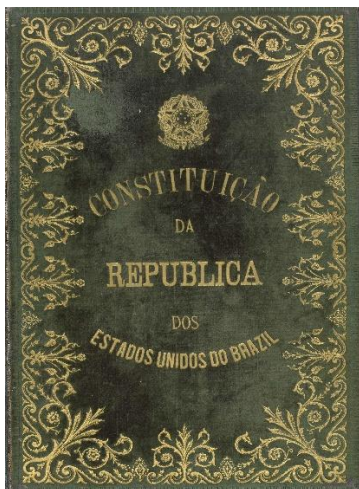


ATIVIDADE DE HISTÓRIA

Estudante: _____ Data: ____/____/____
Professor (a): _____ Turma: _____
Escola: _____ 

A CONSTITUIÇÃO DE 1891



O dia 24 de fevereiro representa um marco significativo na história do Brasil, pois, nessa data, em 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República Brasileira. Ao longo de sua trajetória histórica, o país passou por diferentes formas de organização política: foi colônia de Portugal, integrou o Reino Unido de Portugal e Algarves, tornou-se Império e, posteriormente, adotou o sistema de república presidencialista, vigente até os dias atuais.

BRASIL IMPÉRIO E BRASIL REPÚBLICA

Diferente do período imperial (1822–1889), no qual o país era governado por monarcas que chegavam ao poder por hereditariedade e permaneciam no cargo por tempo indeterminado (como ocorreu com D. Pedro II), na república presidencialista, o chefe de Estado e de governo é o presidente, escolhido por meio de eleições e com mandato por tempo determinado. Além disso, o governante deve seguir as leis do país, organizadas na Constituição.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, D. Pedro II foi afastado do poder e exilou-se na Europa. Na mesma data, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo, liderando um Governo Provisório responsável por organizar o novo regime, convocar a Assembleia Constituinte e elaborar a primeira Constituição Republicana do Brasil. Com o fim da monarquia, tornou-se inviável manter as leis imperiais, surgindo a necessidade de criar novas normas que estruturassem o país de acordo com os ideais republicanos e liberais.

Entretanto, as mudanças não foram tão profundas quanto as observadas em processos históricos como a Revolução Francesa ou a Independência dos Estados Unidos. Isso ocorreu porque a elaboração da nova Constituição ficou a cargo de deputados que representavam, em grande parte, os interesses das elites econômicas e políticas da época, as quais buscavam preservar sua influência e seus privilégios.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA REPÚBLICA DE POUCOS

A Constituição pode ser entendida, de modo geral, como o conjunto de normas que organiza e orienta o funcionamento de um país. Ela serve de base para todas as outras leis, estabelece regras para a escolha e a substituição dos governantes e define limites para o exercício do poder, buscando evitar práticas autoritárias.

A primeira Constituição da República do Brasil foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, por isso, ficou conhecida como Constituição de 1891. Inspirada principalmente no modelo dos Estados Unidos, instituiu o presidencialismo e o federalismo, determinou a separação entre Igreja e Estado e organizou os poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário. Um de seus principais marcos foi a realização de eleições para a escolha dos governantes.

Embora essa mudança pudesse representar uma ruptura com o regime anterior, na prática, houve a continuidade de estruturas desiguais herdadas do período imperial. A própria Proclamação da República resultou, em grande parte, do descontentamento das elites dominantes com o imperador, e não de um amplo movimento popular em busca de transformações sociais profundas ou de melhores condições de vida para a população mais pobre.

LIBERALISMO EXCLUDENTE

Apesar da influência das ideias iluministas e do discurso liberal, a Constituição de 1891 não ampliou de forma significativa a participação popular na política. Pelo contrário, o poder permaneceu concentrado e marcado por diversas restrições. A legislação acabou reforçando os privilégios das camadas mais ricas da sociedade, já que apenas uma parcela limitada da população tinha direito ao voto. Ficavam excluídos desse processo grupos como mulheres, analfabetos, soldados e membros do clero, entre outros. Esse cenário favorecia a escolha de candidatos que buscavam o apoio das elites econômicas e políticas, especialmente grandes fazendeiros e militares ligados às oligarquias estaduais. Assim, consolidou-se uma dinâmica política que mais tarde ficou conhecida como política dos governadores, marcada pela forte influência regional nas decisões nacionais.

Curiosidades sobre a Constituição de 1891

- O Brasil passou a adotar o nome Estados Unidos do Brasil, reforçando o modelo federativo inspirado nos Estados Unidos.
- Foi instituído o voto direto para presidente, porém o voto era aberto, ou seja, não era secreto.
- Com a separação entre Igreja e Estado, o casamento civil foi oficializado, permitindo que as pessoas se casassem legalmente sem a obrigatoriedade da cerimônia religiosa.

PERMANÊNCIAS E DESIGUALDADES

Na prática, o novo modelo de governo trouxe poucas mudanças para o cotidiano da maior parte da população. A sociedade brasileira continuava marcada por profundas desigualdades, com predominância rural, altos índices de analfabetismo e condições de trabalho precárias, especialmente entre a população negra. Enquanto isso, grandes famílias proprietárias de extensas terras mantinham forte influência política e social, exercendo grande prestígio e poder nas regiões onde viviam.



<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/docente/turma.jsf?tid=285889>

Abaixo, apresentamos um resumo das principais mudanças e permanências relacionadas à Constituição de 1891:

Mudanças:

- Fim da Monarquia e implantação da República;
- O chefe do Poder Executivo deixa de ser o imperador e passa a ser o presidente da República;
- Extinção do Poder Moderador;
- Maior autonomia política e administrativa aos estados;
- Instituição do Estado laico, com a separação entre Igreja e Estado;
- Implantação do voto direto, porém ainda aberto (não secreto).

Permanências:

- Manutenção da divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Grande parte da população continuou sem direito ao voto, como mulheres e analfabetos;
- Continuidade da forte influência política das elites econômicas;
- Manutenção da abolição da escravidão, decretada em 1888.

Refletindo

Mesmo sem promover todas as mudanças esperadas pelo discurso liberal, a Constituição de 1891 representou um marco importante na formação do Brasil República, sendo um passo significativo na construção do modelo político atual e uma data digna de lembrança.

Por Tudo sala de Aula

Atividade

1. Por qual motivo o dia 24 de fevereiro é considerado um marco de grande importância para a história do Brasil?

2. Antes de se tornar uma República Federativa, o Brasil era governado sob qual forma de organização política?

- a) Império.
- b) Condado.
- c) Vice-reino.
- d) Civilização.

3. Preencha com **(MQ)** para Monarquia e **(RP)** para República:

- () Teve fim em 1889.
- () Teve início em 1889.
- () É governada por presidentes.
- () É governada por imperadores.
- () O governante é escolhido por meio de eleições.
- () Os governantes chegavam ao poder por hereditariedade.
- () O governante exerce o cargo por um período predeterminado.
- () Os governantes permanecem no poder por tempo indeterminado.

4. Por que foi necessário criar uma nova Constituição após a implantação da República no Brasil?

5. Explique, com suas palavras, o que é uma Constituição e qual é a sua função na organização de um país.

6. A Constituição de 1891 teve como uma de suas principais inspirações o modelo republicano de qual país?

- a) Itália.
- b) Chile.
- c) Argentina.
- d) Estados Unidos.

7. Mencione dois grupos sociais que não tinham direito ao voto segundo as regras estabelecidas pela Constituição de 1891.

8. Conforme o texto, por que o poder político continuou concentrado nas elites mesmo após a criação da Constituição de 1891?

9. Sobre a Constituição de 1891, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não trouxe mudanças significativas para a sociedade brasileira.
- b) Marcou a consolidação do regime republicano no Brasil.
- c) Pouco alterou a vida da maioria da população brasileira.
- d) Garantiu direitos políticos iguais para todos os brasileiros.

10. Indique qual curiosidade sobre a Constituição de 1891 mais chamou a sua atenção e explique brevemente o motivo.

Tudo Sala de Aula